

A política pública de esporte e lazer estadual e municipal em Goiás: análise do orçamento público

Davi Ramos Silva (IC), Marcelo Augusto Martins Cunha (IC), Fernando Henrique Silva Carneiro (PQ) Autor

PIBIC-EM

Câmpus Inhumas

*fernando.henrique@ifg.edu.br

Palavras Chave: Políticas Pública; Orçamento público; Esporte e Lazer; Goiás.

Introdução

O esporte e o lazer são direitos instituídos na Constituição Federal de 1988. A materialização destes direitos se dá por políticas públicas que devem ser implementadas por municípios, estados e União. Para que este processo se concretize é essencial a presença de recursos públicos, sobretudo do orçamento.

Há insipiência de estudos que analisem o orçamento público municipal e estadual no Brasil e em Goiás da Função Desporto e Lazer (FDL). Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar a política pública de esporte e lazer municipal e estadual em Goiás, tendo por base o orçamento público.

Metodologia

Esta é uma pesquisa descritivo-exploratória, de cunho qualitativo, realizada a partir de análise documental. A coleta de dados foi realizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) (TESOURO NACIONAL, 2020). Ele foi utilizado para coletar os dados do financiamento orçamentário total e da FDL pelos Municípios e Estados/DF. Foi analisado o período de 2013 a 2020 em função da disponibilidade dos dados, tendo por base a publicação mais antiga e a atual. Foram analisados os indicadores magnitude e direcionamento do gasto. Foram considerados os recursos orçamentários Pagos e Restos a Pagar Pagos, tendo sido os valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

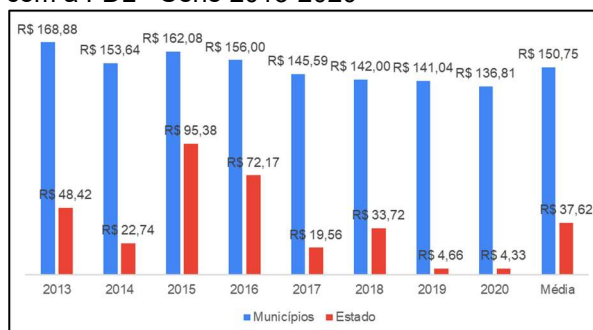
Resultados e Discussão

Inicialmente foi analisado a diferença de gasto com a FDL dos municípios e do estado em Goiás, tendo sido verificado que o gasto absoluto dos municípios goianos é muito maior (em média R\$ 150,75 milhões) que o gasto do estado de Goiás (em média R\$ 37,62 milhões). Além disso, em todos os anos os referidos municípios gastaram mais que o estado, isto pode ser verificado na Figura 1.

Além disso, os municípios tiveram uma participação maior no orçamento público disponível para as diferentes políticas (em média 0,57%) que o estado (em média 0,11%). Este dado demonstra a marginal

participação do gasto com as políticas públicas de esporte lazer no orçamento público.

Figura 1. Gasto em Goiás dos municípios e estado com a FDL - Série 2013-2020



Fonte: SICONF - Tesouro Nacional (2021).
Elaboração própria. Obs.: Valores Pagos e Restos a Pagar Pagos deflacionados pelo IGP-DI em dezembro de 2020; Valores em milhões de R\$.

Buscando aprofundar a análise dos gastos com a FDL pelos municípios goianos, foi analisado a influência do tamanho populacional dos daqueles. Foi encontrado que há uma tendência de os municípios maiores gastarem mais com FDL que os municípios menores.

Por último, foi avaliado o direcionamento do gasto tendo sido identificado que no período 52,29% dos recursos dos municípios foram destinados ao desporto comunitário, enquanto que 70,39% dos recursos do estado de Goiás foi alocado em “demais subfunções desporto e lazer”, não ficando explícito aquilo que de fato foi priorizado.

Conclusões

A pesquisa demonstrou que em Goiás, os municípios e o estado realizam gasto com a FDL, embora estes sejam diminutos. Ficou claro que neste território há protagonismo dos municípios, pois gastam mais, vez que a FDL tem uma participação maior no orçamento público deles em relação ao estado. Há uma tendência de os municípios maiores gastarem mais com a FDL. Os municípios priorizam o desporto comunitário, enquanto o estado não deixa claro o que tem primazia no seu gasto.